

Eduardo Sá Silva

Gestão Financeira

Análise de Fluxos Financeiros

5ª Edição

Atualizada com o SNC

VidaEconómica

Índice Geral

Agradecimentos	5
Sistema de Normalização Contabilística	9
Apresentação	11
Objectivo da obra	13
Organização da obra	15
CAPÍTULO I: Os objectivos essenciais da função financeira	17
CAPÍTULO II: A evolução da função financeira	23
CAPÍTULO III: A análise financeira e o processo de normalização contabilística ..	47
CAPÍTULO IV: A noção de fundo de maneiio	67
CAPÍTULO V: A problemática do equilíbrio financeiro	73
CAPÍTULO VI: A composição do balanço funcional	81
CAPÍTULO VII: As necessidades de fundo de maneiio e o ciclo de exploração ..	103
CAPÍTULO VIII: Situações financeiras típicas.....	133
CAPÍTULO IX: O quadro dos fluxos e as FM/NFM/TL	153
CAPÍTULO X: Método dos rácios	167
CAPÍTULO XI: O efeito alavancagem	201
CAPÍTULO XII: As NFM e o financiamento bancário	217
CAPÍTULO XIII: O cálculo do crescimento sustentável	231

CAPÍTULO XIV: A demonstração dos fluxos de caixa	239
CAPÍTULO XV: Casos Práticos - sobre a demonstração de fluxos de caixa.....	251
CAPÍTULO XVI: A rentabilidade de exploração e o risco associado	271
CAPÍTULO XVII: Casos práticos gerais.....	305
CAPÍTULO XVIII: Estratégias de financiamento.....	323
ANEXO A: Norma Internacional de Contabilidade - NIC 7.....	333
ANEXO B: Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2 (NCRF 2).....	353
ANEXO C: Tabela de Conversão POC / SNC	367
ANEXO D: Anexo (Modelo Geral)	373
ANEXO E: Código de Contas	417
ANEXO F: Modelos de Demonstrações Financeiras.....	435
Bibliografia.....	443
Índice de Quadros e Figuras.....	449

Sistema de Normalização Contabilística

Entrada em vigor do SNC

Nesta edição e dada a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho) em 1 de Janeiro de 2010, entendemos manter os seguintes anexos:

- Tabela de conversão das contas do 1º grau do POC para o SNC. Esta tabela permite facilitar a associação dos exemplos analisados em SNC com o POC, atendendo a que estamos, ainda, a iniciar o nosso raciocínio em SNC e, em algumas situações pode ser útil a análise desta tabela.
- Norma Contabilística de Relato Financeiro 2 (NCRF2) – Demonstração de Fluxos de Caixa, (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, Aviso nº 15 655/2009), de 7 de Setembro, cujas principais diferenças para a Directriz Contabilística nº 14 (DC14) são as seguintes:
 - Obrigatoriedade da utilização do método directo: parágrafo 14 – “Uma entidade deve relatar os fluxos de caixa provenientes de actividades operacionais pelo uso do método directo, pelo qual são divulgadas as principais classes dos recebimentos e dos pagamentos brutos de caixa”;
 - Os juros e dividendos pagos e recebidos devem ser enquadrados dentro das actividades operacionais, de investimento e de financiamento: parágrafo 22 – “Cada um dos fluxos de caixa de juros e dividendos recebidos e pagos deve ser separadamente divulgado. Cada um deve ser classificado de maneira consistente de período a período, quer como actividade operacional quer de investimento ou de financiamento”;

- Não existência do conceito de resultado extraordinário, pelo que deixarão de existir pagamentos e recebimentos extraordinários;
- Diferenças de reconhecimento de dispêndios que são considerados como gastos no SNC (casos das despesas de constituição e uma parte significativa do imobilizado incorpóreo) e que eram considerados no POC como activos e que integravam pagamentos relativos à actividade de investimento;
- Explicitação de que os fluxos de caixa em moeda estrangeira devem ser convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que tais fluxos de caixa são gerados: parágrafos 18 e seguintes – “os fluxos de caixa resultantes de transacções em moeda estrangeira devem ser registados na moeda funcional de uma entidade mediante a aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa”.

Apresentação

A função e conceptualização dos fluxos financeiros nas nossas empresas, pela interligação que têm com o dia-a-dia da sua gestão, revela-se hoje de uma importância fundamental não só para o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos mas também e fundamentalmente para uma leitura realista das potencialidades do seu desenvolvimento.

Conceber a função dos fluxos financeiros numa óptica apenas de meios financeiros líquidos é reduzir a ambição empresarial ao *status* existente, atrofiando a dinâmica das próprias empresas e do necessário esforço de adaptação às novas realidades emergentes das sociedades em que se inserem e vivem.

O princípio do acréscimo adoptado na nossa contabilidade como medida de mensuração da variação patrimonial, embora preveja mecanismos de reajustamentos, não releva de *per se*, em termos materiais, as variações patrimoniais que pretende expressar, pois a sua manifestação no enriquecimento ou no empobrecimento das empresas tem uma característica de direitos e deveres e não, propriamente dita, a contrapartida financeira inerente às operações da empresa.

Daí que, com a evolução dos mercados e a contingência a eles inerente no que ao aspecto financeiro respeita, muitos se questionem quanto à definição daquele momento e se ele não deveria ser de facto quando as operações realizadas têm a sua verdadeira expressão no património físico das empresas, em vez da sua manifestação como direitos que, pelas contingências a eles inerentes e por factores estranhos às próprias empresas, muitas vezes acabam por não se realizar.

Por razões da sua história empresarial, Portugal, quer por efeito das medidas proteccionistas à nossa economia quer pela estrutura do tecido empresarial português, onde predomina a pequena e média empresa, quer mesmo por factores de ordem cultural, não tem tido tradições de grande preocupação quanto aos fluxos financeiros.

Hoje, todos o sabemos, as empresas que não se organizaram, que não têm sistemas que minimamente possibilitem uma leitura da evolução ou sustentação futura estão condenadas ao insucesso empresarial, pelo que também no domínio da consolidação da economia das nossas empresas a presente obra tem completa e total acuidade.

No domínio profissional, sendo os Técnicos Oficiais de Contas os parceiros na decisão dos empresários, a presente obra – não tenho dúvidas – constituirá um excelente auxiliar de informação e formação para orientar e auxiliar os profissionais a encontrarem o caminho, os métodos e os meios adequados e necessários à determinação da capacidade de libertação de meios financeiros, fornecendo-lhes por essa via importante e imprescindível informação para a tomada de decisão por parte dos empresários e gestores.

Ao Técnico Oficial de Contas, Revisor Oficial de Contas, Docente do Instituto Superior e Administração do Porto (ISCAP) e meu querido colega Professor Doutor Sá e Silva, deixo-lhe um apelo e um incentivo. Quem melhor do que os profissionais para falar sobre as suas próprias necessidades? Quem melhor do que aqueles que vivem no dia-a-dia as dificuldades financeiras das empresas para falar sobre a necessidade da organização de um bem estruturado sistema de fluxos financeiros?

Por tudo o que se disse e pelo imenso que faltou dizer, deixo-lhe, na qualidade de Presidente da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, um apelo: não pare de escrever. Não pare de fazer as suas reflexões, os seus estudos e divulgue-os pelos meios que achar mais adequados, mas não pare, pois, como diz o nosso POVO, parar é morrer, e para isso ainda o sol não nasceu.

António Domingues Azevedo

Objectivo da obra

Esta obra tem como principal objectivo uma abordagem da gestão financeira na sua componente mais relevante que é a dinâmica dos fluxos financeiros. Efectivamente, o dinheiro é a preocupação de qualquer gestor. A obtenção deste recurso escasso a um custo interessante e sua optimização em aplicações que acrescentem valor é, sem dúvida, o escopo de qualquer gestor financeiro, num contexto de incerteza em que nos movemos.

Trata-se de uma obra essencialmente didáctica, com o cuidado de apresentar os conceitos elementares de fluxo, fundo de maneio (FM), necessidade de fundo de maneio (NFM), tesouraria líquida (TL) e outros de uma forma aprazível, sem descuidar o rigor científico. Igualmente, teve-se o cuidado de apresentar, sempre que possível, casos práticos.

Organização da obra

A obra está organizada por temas, a saber:

- **Os objectivos essenciais da função financeira** – a função financeira não é uma função independente. Os fluxos financeiros são sempre a contrapartida dos fluxos de bens ou de serviços – fluxos físicos (reais).
- **Evolução da função financeira** – releva a transformação que a função financeira tem sofrido. De uma função que se limitara a gerir os meios financeiros líquidos passa-se, actualmente, para uma função mais abrangente, abarcando quer as políticas de investimento quer as de financiamento.
- **A análise financeira e o processo de normalização contabilística** – a análise financeira baseia os seus relatórios nos documentos contabilísticos: balanço, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa e demonstração das alterações no capital próprio. No entanto, a perspectiva contabilística é diferente da perspectiva financeira. Enquanto a primeira visa o apuramento do resultado (crescimento do capital da empresa), partindo de determinados pressupostos e princípios, a segunda visa a identificação e análise dos principais fluxos financeiros, de modo a assegurar o normal funcionamento da empresa (equilíbrio financeiro). Entendeu-se útil incluir nos anexos F e D do livro os modelos de demonstrações financeiras e o modelo geral do anexo, respectivamente, publicados na Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro.
- **A noção de fundo de maneo** – descreve-se de forma sumária o conceito de fundo de maneo como conjunto dos valores submetidos às transformações cíclicas do curto prazo e cujo destino normal no fim de cada ciclo de exploração (aquando da sua conversão em disponibilidades) é a sua reutilização.
- **A problemática do equilíbrio financeiro** – trata da questão do equilíbrio financeiro e da forma como pode ser alcançado.
- **A composição do balanço funcional** – o balanço funcional resulta da visão diferente do balanço patrimonial, colocando a ênfase nos ciclos financeiros: investimento, exploração e tesouraria (financiamento).
- **As necessidades de fundo de maneo e o ciclo de exploração** – as necessidades de fundo de maneo (NFM) encontram-se associadas às necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

- **Situações financeiras típicas** – são apresentadas as várias situações possíveis de ocorrer em termos financeiros.
- **O quadro dos fluxos e as FM/NFM/TL** – o quadro de fluxos assegura a síntese das operações e as consequências no fundo de maneiio, nas necessidades de fundos de maneiio e na tesouraria, permitindo evidenciar os fluxos financeiros gerados por aquelas operações, quer sejam de exploração de investimento ou de financiamento.
- **Método dos rácios** – dada a multiplicidade que se podem construir de rácios e não existindo uma normalização, indica-se uma classificação que abrange os seguintes grupos de rácios: actividade, rendibilidade, funcionamento, endividamento, liquidez e baseados no mercado.
- **O efeito alavancagem** (correspondente ao termo francês *levier*) – conduz a que a taxa de rendibilidade dos capitais próprios possa ser superior, inferior ou igual à taxa da rendibilidade do investimento total (activo económico).
- **A rendibilidade de exploração e o risco associado** – o valor esperado dos Resultados de Exploração de uma empresa depende de diversos factores. Esses factores englobam expectativas relativamente às vendas futuras (factores comerciais), mas também em relação à estrutura de custos das empresas (factores técnico-produtivo) e decisões de financiamento da empresa. Dar-se-á particular atenção ao grau de alavanca operacional, ao ponto crítico de vendas, ao efeito de alavancagem financeiro, ao grau de alavanca financeira e ao grau de alavanca combinado.
- **Casos práticos** – apresenta-se uma série de exercícios sobre os últimos temas abordados.
- **Estratégias de financiamento** – descrevem-se os quatro tipos de estratégias: ortodoxa, defensiva, agressiva e arriscada.
- **As NFM e o financiamento bancário** – descreve-se de forma sucinta a ligação entre as NFM e a visão de quem concede o crédito (instituições de crédito).
- **O cálculo do crescimento sustentável** – descreve-se de uma forma sucinta até que ponto uma empresa pode crescer, mantendo uma relação constante entre os activos e as vendas, sem pôr em causa a estrutura financeira da empresa.
- **A demonstração dos fluxos de caixa** – a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) é útil ao proporcionar aos utentes da informação financeira uma base para determinar a capacidade da empresa para gerar dinheiro e equivalentes e determinar as necessidades da empresa em utilizar esses fluxos, em tempo útil.
- **Casos práticos** – são apresentados dois casos práticos relativos à elaboração da demonstração dos fluxos de caixa e origem e aplicação de fundos.
- **Anexos** – NIC 7 – Norma Internacional de Contabilidade nº 7 e os modelos de Demonstrações Financeiras do SNC, NCRF2 e Tabela de Conversão do POC / SNC.

CAPÍTULO I

Os objectivos essenciais da função financeira

Os objectivos essenciais da função financeira

Função financeira

A função financeira não é uma função independente.

Os fluxos financeiros são sempre a contrapartida dos fluxos de bens ou de serviços – fluxos físicos (reais).

Dois grupos de fluxos

- Os fluxos ligados ao ciclo de exploração que decorrem do negócio;
- Os fluxos ligados ao ciclo de renovação (investimento e financiamento), que derivam da política e da estratégia global da empresa.

Os fluxos económicos e financeiros ligados ao ciclo de exploração são normalmente qualificados como cíclicos. Regra geral (pelo menos nas empresas com um forte valor acrescentado e que têm de conceder um elevado crédito a clientes que não é compensado pelo crédito de fornecedores), são deficitários em fundos resultantes da diferença temporal entre os recebimentos e os pagamentos.

Figura 1: Os subciclos de exploração

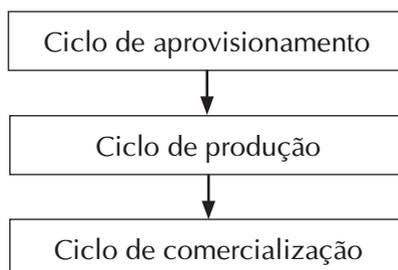
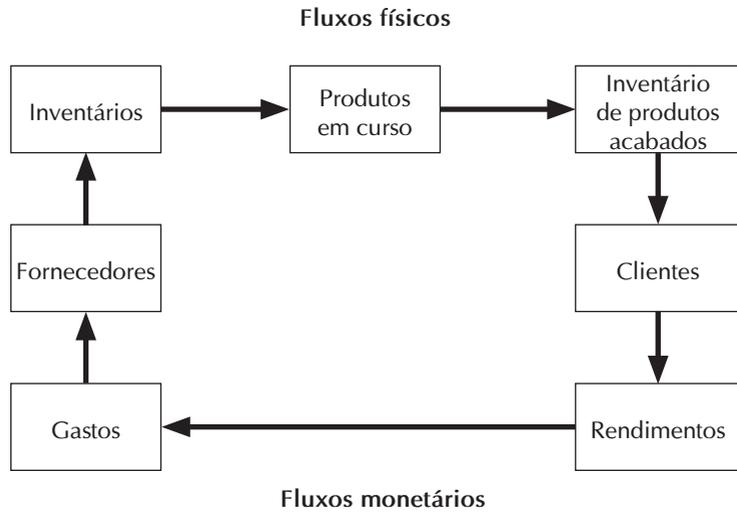


Figura 2: Ciclos de exploração



Por seu turno, os fluxos económicos e financeiros derivados das decisões estratégicas são denominados de acíclicos.

Estes fluxos têm como origem trocas com os seus parceiros principais (accionistas, banca, Estado e fornecedores de investimentos).

Figura 3: Os fluxos acíclicos

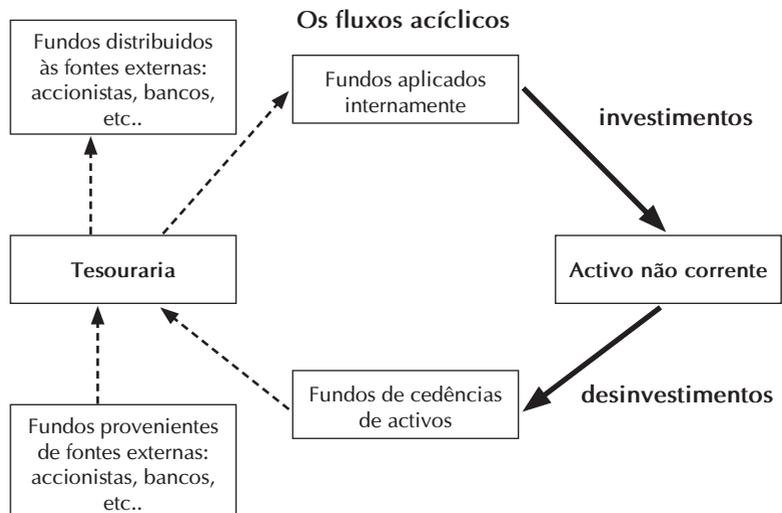
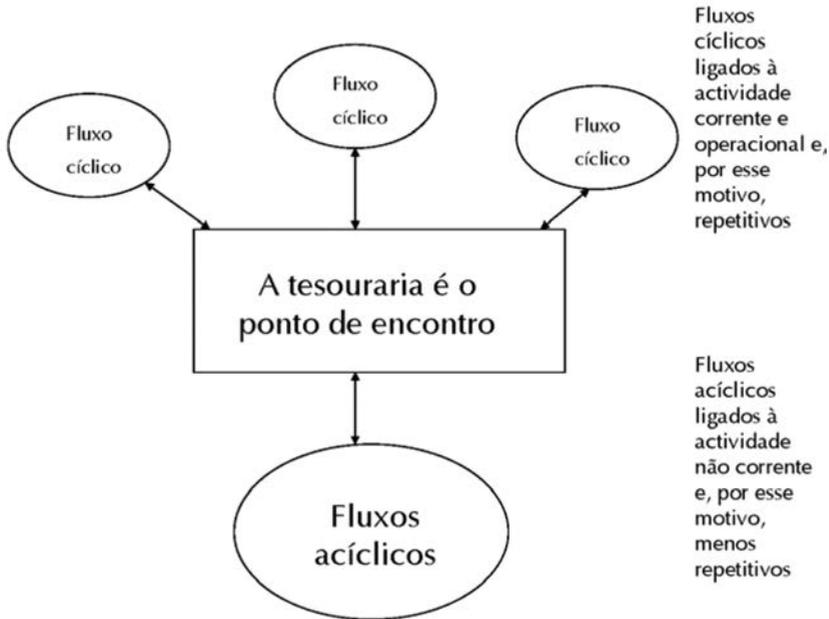


Figura 4: A ligação dos ciclos



O papel prioritário da função financeira é, assim, a gestão do conjunto destes fluxos, devendo os responsáveis financeiros assegurar que, globalmente, os fluxos monetários de entradas e saídas não apresentam desequilíbrios permanentes que possam pôr em perigo a continuidade da empresa ou, pelo contrário, que possam traduzir-se num excesso de meios financeiros líquidos não remunerados.

Podemos afirmar que qualquer responsável (para além do financeiro) vai, com as suas decisões, influenciar este desequilíbrio. Por exemplo:

- Um comercial, ao conceder um prazo alargado aos clientes, está a adiar a entrada dos influxos;
- O responsável pelas compras que opta pela pagamento a pronto está a exigir exfluxos de imediato;
- O responsável pelos recursos humanos que decide pagar antecipadamente o subsídio de férias está igualmente a exigir exfluxos.

A primeira conclusão evidente desta constatação é a de que os responsáveis financeiros devem ser antecipadamente informados destas decisões, a fim de consolidar no plano financeiro as consequências de tais opções.

A eficácia da função financeira irá, assim, basear-se na qualidade dos sistemas de informação (nomeadamente contabilísticos) e no relacionamento com os responsáveis de outras áreas.

O controlo dos fluxos financeiros implica, portanto, a utilização de instrumentos, tais como o plano financeiro e o orçamento financeiro de tesouraria.

CAPÍTULO II

A evolução da função financeira

A evolução da função financeira

Tradicionalmente, a função financeira limitava-se ao controlo dos influxos e exfluxos monetários num determinado período. As preocupações básicas consistiam na manutenção de um saldo de meios financeiros líquidos que permitisse assegurar o normal funcionamento da empresa. Para esse efeito, deveria antecipar os influxos resultantes das cobranças dos clientes e escalonar a liquidação dos débitos aos fornecedores.

Em suma, a função financeira tinha por grande objectivo a gestão dos meios financeiros líquidos expressa na relação que a seguir se apresenta:

Relação básica do equilíbrio financeiro (gestão de meios financeiros líquidos), para um determinado período:

$$\text{saldo inicial} + \text{influxos previstos} > \text{ou} = \text{exfluxos previstos} + \text{saldo final desejado}$$

O fundamental era manter uma caixa com saldo devedor de forma contínua, isto é, um montante mínimo de meios financeiros líquidos de segurança.

Gradualmente, a função financeira veio a ser enriquecida com preocupação ao nível das decisões de financiamento. Nesta situação, as preocupações, além da manutenção de um saldo de meios financeiros líquidos positivo, vieram a consubstanciar-se também com a obtenção de fundos de forma atempada e, essencialmente, ao menor custo. O gestor financeiro passa a desempenhar um papel mais activo, ultrapassando a mera gestão dos meios financeiros líquidos. Cabe-lhe, igualmente, a selecção das fontes de financiamento que devem obedecer a critérios de rentabilidade, oportunidade e equilíbrio financeiro.

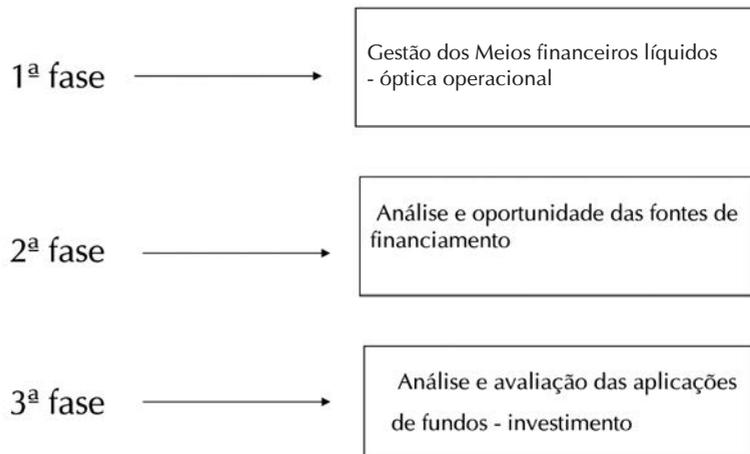
Numa terceira fase, foram-lhe acrescentadas novas responsabilidades. As novas atribuições dizem respeito não só aos aspectos de obtenção de fundos, mas, igualmente, à análise económica das aplicações desses

mesmos fundos. Está-se perante a análise e avaliação dos projectos de investimento e seu controlo.

Ao gestor financeiro compete-lhe não só analisar o impacto das decisões operacionais na tesouraria, mas, igualmente, as políticas de financiamento e de investimento que se referem ao médio/longo prazo, isto é, à continuidade da empresa e sua sustentabilidade.

Pode-se sintetizar essa evolução no seguinte gráfico:

Figura 5: As fases de evolução da função financeira



E a função financeira decompõe-se em dois tipos de decisões:

- Decisões estratégicas (médio / longo prazo):
 - Política de financiamento
 - Política de investimento
- Decisões operacionais (curto prazo – ligado ao ciclo de exploração):
 - Gestão do activo corrente (clientes e inventários)
 - Gestão do passivo corrente (fornecedores)

Neste contexto, assume um papel preponderante a política de investimento e a preocupação da análise da rendibilidade e risco das potenciais decisões com impacto num horizonte temporal alargado. Nesta situação, está em causa a obtenção de benefícios económicos futuros com interesse para os accionistas, mas igualmente para outros grupos, como sejam os gestores, os clientes, os empregados, os bancos, os fornecedores, o Estado e outros interesses locais e nacionais.

A política de investimento diz respeito, essencialmente, às opções de investimento e desinvestimento nos investimentos imprescindíveis ao normal funcionamento da empresa.

Competirá, por seu turno, à política de financiamento a obtenção de fundos que sustentem essa política de investimento. Igualmente, deve competir à política financeira a definição do modo e tempo de remuneração desses fundos, nomeadamente, a política de dividendos, ou seja, a melhor forma de afectar a riqueza adquirida pela empresa. Nesta situação, há que optar entre a retenção em reservas ou o pagamento dos dividendos, tendo em consideração o contexto legal.

O documento que traduz a gestão financeira é o plano financeiro, o qual relata os influxos e os exfluxos de fundos a médio/longo prazo.

Para esse efeito, deve-se determinar para cada operação o prazo de reembolso (maturidade). Uma das maneiras de o fazer é construindo perfis de maturidade para os vários montantes. Deste modo, devem-se considerar vários períodos e, em cada período, indicar os activos e os passivos que se vencem.

Um pequeno exemplo ilustrará como se constrói um plano financeiro.

Quadro 1: Plano financeiro

	Valor (euros)		
	1º período	2º período	3º período
Saldo inicial	14,9	-17,4	29,0
Entradas de fundos			
Activo corrente (p. e., clientes)	42,0	84,0	50,0
Desinvestimentos	10,4	1,5	2,0
Total entradas	52,4	85,5	52,0
Saídas de fundos			
Passivo corrente (p.e., fornec.)	52,1	26,6	30,1
Investimentos	32,6	12,5	13,0
Total saídas	84,7	39,1	43,1
Saldo final	-17,4	29,0	37,9

Isto significa que a empresa estaria curta (défice de liquidez) no 1º período e longa nos dois períodos subsequentes.

Assim, competiria ao gestor financeiro a obtenção de fundos atempadamente e ao menor custo para o 1º período, e a aplicação dos excedentes nos períodos subsequentes.

Relativamente ao curto prazo (gestão operacional), o papel do gestor financeiro é o prolongamento das tarefas tradicionais do tesoureiro, ou seja:

- Controlo do crédito concedido aos clientes;
- Controlo financeiro dos inventários (nomeadamente a oportunidade da aplicação neste item patrimonial);
- Gestão dos créditos obtidos junto dos fornecedores e dos restantes credores correntes;
- Aplicação dos excedentes temporários de tesouraria ou, eventualmente, a cobertura dos défices temporários de tesouraria.

O documento orientador para o curto prazo é o designado orçamento de tesouraria, que é a tradução dos recebimentos e pagamentos previsionais, com a final verificação se o equilíbrio financeiro se mantém, ou seja:

recebimentos + saldo inicial - pagamentos > ou = saldo final desejado

Os orçamentos de tesouraria devem encaixar-se no plano financeiro, que tem uma perspectiva mais global e de longo prazo (ver à frente um exemplo de construção de um orçamento).

As perspectivas futuras da função financeira estão ligadas ao desenvolvimento dos mercados financeiros e à inovação a que se assiste diariamente.

Se, inicialmente, se perspectivava que o objectivo de uma empresa era a maximização do lucro, hoje, encara-se a empresa como um organismo complexo em que vários interesses têm que ser satisfeitos.

O paradigma da maximização do lucro foi, entretanto, substituído pela maximização da riqueza dos accionistas, que se traduz no valor actual dos fluxos de caixa estimados descontados a uma taxa apropriada para o momento presente (que incorpora o risco do investimento subjacente, ou seja, o custo da oportunidade de uma aplicação alternativa).

Entretanto, esse paradigma foi substituído por um mais geral e que assenta na maximização do valor da empresa. Contudo, levanta um problema interessante: a compatibilização dos interesses dos vários intervenientes (*stakeholders*) com o princípio da racionalidade limitada de que as pessoas tomam decisões racionais apenas em relação aos aspectos da situação que conseguem perceber e interpretar (Neves, 2007, p. 19).

A tendência da função financeira é transformar-se num centro de resultados, contribuindo activamente para o crescimento da empresa (aumento do volume de negócios) e, simultaneamente, gerindo o binómio rendibilidade / risco.

A rendibilidade exprime a capacidade da empresa para gerar lucros, ou, melhor, a aptidão para gerar fluxos financeiros com valor actual positivo, isto é, dinheiro. Por seu turno, o risco reflecte a volatilidade desses fluxos financeiros no tempo.

Para esse efeito, o gestor deve estar equipado com um sofisticado sistema informático ligado às várias praças internacionais e às empresas do grupo. A internacionalização, a globalização financeira, a integração dos mercados financeiros, a inovação e a sofisticação dos produtos são factores a ter em consideração no dia-a-dia do gestor financeiro. A gestão da informação é o essencial da sua tarefa, cabendo-lhe, fundamentalmente, os problemas de estratégia e política financeira.

No entanto, não se pode esquecer que a fonte de criação de valor não é a situação financeira, mas a sua capacidade para manter uma vantagem competitiva duradoura, baseada no trinómio tecnologia/mercado/produto. O equilíbrio financeiro é uma condição necessária, mas não suficiente, para a sobrevivência e desenvolvimento da empresa (Neves, 2007, p. 19).

Construção de um orçamento

O orçamento de tesouraria agrupa as previsões dos recursos e das aplicações de tesouraria. A partir destas previsões o tesoureiro calcula, tendo sempre em vista um nível mínimo de liquidez em caixa, a data e a duração dos créditos necessários ou das aplicações possíveis.

Os influxos de entrada compreendem, entre outros:

- Fluxos das receitas de exploração (nomeadamente vendas);
- Fluxos provenientes de empréstimos contraídos;
- Fluxos provenientes de aumentos de capital da empresa.

Na generalidade, os fluxos mais relevantes provêm da exploração e são efectuados pela direcção comercial.

As previsões dos exfluxos compreendem:

- Decisões de exploração: pagamentos a fornecedores, despesas com pessoal e outras despesas de exploração;
- Decisões a longo prazo: reembolso de empréstimos, pagamentos de aquisição de investimentos, etc..

De forma a gerir convenientemente a tesouraria, o tesoureiro deve dispor da seguinte informação:

- Situação dos créditos existentes;
- Montante de linhas de crédito negociadas junto das instituições de crédito;
- Alternativas de aplicações para os excedentes que eventualmente possam ocorrer.

Caso prático 1:

A sociedade XL efectuou as seguintes previsões de venda para os próximos 3 meses*:

Jan: €200 000

Fev: €280 000

Mar: €350 000

As condições de recebimento são as seguintes:

50% a pronto pagamento

30% no prazo de 1 mês

20% no prazo de 2 meses

As compras serão efectuadas do seguinte modo:

Jan: €100 000

Fev: €120 000

Mar: €140 000

Condições de pagamento: 70% a pronto pagamento e os restantes 30% a 1 mês.

* Estas previsões podem ser extensivas a períodos mais alargados, nomeadamente, o ano. Só por questões de simplificação se apresentam estes três meses.

Gestão Financeira

Análise de Fluxos Financeiros

Hoje, todos o sabemos, as empresas que não se organizaram, que não têm sistemas que minimamente possibilitem uma leitura da evolução ou sustentação futura estão condenadas ao insucesso empresarial, pelo que também no domínio da consolidação da economia das nossas empresas a presente obra tem completa e total acuidade.

No domínio profissional, sendo os Técnicos Oficiais de Contas os parceiros na decisão dos empresários, a presente obra – não tenho dúvidas – constituirá um excelente auxiliar de informação e formação para orientar e auxiliar os profissionais a encontrarem o caminho, os métodos e os meios adequados e necessários à determinação da capacidade de libertação de meios financeiros, fornecendo-lhes por essa via importante e imprescindível informação para a tomada de decisão por parte dos empresários e gestores.

António Domingues Azevedo, Bastonário da OTOC

Esta obra tem como principal objectivo uma abordagem da gestão financeira na sua componente mais relevante que é a dinâmica dos fluxos financeiros.

Obra essencialmente didática, destinada a técnicos e revisores oficiais de contas, gestores e analistas financeiros e profissionais que se interessam por temas relacionados com a gestão e a teoria financeira, bem como a alunos de especialização e pós-graduação em contabilidade e finanças.

Visite-nos em
livraria.vidaeconomica.pt

www.vidaeconomica.pt

